



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**FLORENTINO GONÇALVES DA COSTA**

**A REPRESENTAÇÃO DO ÍNDIO BRASILEIRO NOS LIVROS**  
**DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL – 7º. ANO /**  
**FUNDAMENTAL**  
**(2001 A 2011 - Autores Distintos e Anos Intermitentes)**

Feira de Santana  
2016

**FLORENTINO GONÇALVES DA COSTA**

**A REPRESENTAÇÃO DO ÍNDIO BRASILEIRO NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual Feira de Santana, como exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

**Orientadora:**

Profa. Dra. Ione Celeste de Sousa

Feira de Santana

2016

**FLORENTINO GONÇALVES DA COSTA****A REPRESENTAÇÃO DO ÍNDIO BRASILEIRO NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

A Banca Examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Feira de Santana..

**PARECER:**

1. Trabalho aprovado sem alteração (    )
2. Trabalho aprovado com sugestão (    )
3. Trabalho não aprovado (    )

Data da aprovação    \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Daiane Oliveira  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Profa. Ana Paula B. da Silva Cruz  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof. Carlos Lima (suplente) - UEFS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo, ao Supremo Criador que me deu energia e disposição para elaborar este trabalho, bem como a todos que colaboraram, direta ou indiretamente, seja com palavras de estímulos ou ações concretas: colegas de curso, amigos, familiares, parentes; a todos meus professores da UEFS e seus funcionários que não pouparam esforços para me auxiliar nesta tarefa

Agradeço a professora Fátima Hannaque por sua gentileza e presteza, a qual me incentivou a explorar a temática da História Indígena, durante os semestres em que ministrou as aulas da disciplina – Projeto de Pesquisa, na qual fui seu aluno. Ela me fez observar com os olhos da razão a grandeza e a significativa história indígena, nos levando a refletir sobre aquela falsa afirmação de que os “nossos povos indígenas não possuíam história”.

E um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Dra. Ione Celeste de Sousa, pela paciência e atenção dispensadas, e que através da sua abalizada orientação pude desafiar as naturais dificuldades rumo à conclusão deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho consiste em analisar as representações textuais e imagéticas das nossas populações indígenas em alguns livros didáticos de História do Brasil para o 7º. Ano (antiga 6ª. Série) do Ensino Fundamental. Utilizamos livros editados do período de 2001 a 2011 (de autores distintos e anos intermitentes), ou seja, publicados antes e depois de 2008, quando foi instituída a lei 11.645, que obriga a inclusão do ensino de história e cultura indígenas nos currículos escolares do Ensino Básico, objetivando examinar o que mudou ou permaneceu nas narrativas desses manuais. Como fontes, optamos por textos e imagens constantes dos aludidos livros didáticos, editados na supracitada temporalidade. Constatamos que, mesmo com as transformações da História, em grande parte reflexo dos avanços das recentes pesquisas antropológicas, até hoje alguns historiadores ainda insistem em seguir o modelo discursivo predominante na historiografia do século passado. Assim, percebemos que as narrativas didáticas, na maioria dos manuais de História Pátria da atualidade, ainda aparecem argumentos que revelam certos preconceitos e estereótipos sobre os nossos povos tradicionais, silenciando o verdadeiro papel que esses povos nativos desempenharam na História do País, como sujeitos ativos e construtores de sua própria História.

Palavras-chave: Livros didáticos; representação; povos indígenas.

## RESUMEN

Este trabajo es analizar las representaciones textuales e imaginativo de nuestros indígenas en algunos libros de texto de historia de Brasil por la séptima. Año (edad 6. Serie) de la escuela primaria. Utilizamos libros editados en el 2001 a 2011 período (de diferentes autores y años intermitentes), es decir publicado antes y después de 2008, cuando se estableció la ley, que requiere 11645 inclusión de historia indígena y Cultura Educación en programas escolares de educación básica, con el fin de examinar lo que ha cambiado o se quedaron en las narraciones de estos manuales. Como fuentes, elegimos textos e imágenes contenidas en los libros de texto se aludían, editado en la temporalidad mencionada. Nos encontramos con que, incluso con las transformaciones de la historia, en gran medida un reflejo de los avances de la investigación antropológica reciente, incluso hoy en día que algunos historiadores insisten en el modelo discursivo prevaleciente en la historiografía Del siglo pasado. Por lo tanto, nos damos cuenta de que las narrativas didácticas, en los manuales de historia patria más actuales, siguen aparecen argumentos que revelan ciertos prejuicios y estereotipos sobre nuestros pueblos tradicionales, silenciar el verdadero papel que jugaron estos indígenas en la historia del país, como sujetos y constructores activos de su propia historia.

Palabras clave: libros de texto; representación; pueblos indígenas.

**LISTA DE SIGLAS**

<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNLD</b>	Comissão Nacional do Livro Didático
<b>CIMI</b>	Conselho Missionário Indigenista
<b>GLD</b>	Guia do Livro Didático
<b>CBL</b>	Câmara Brasileira do Livro
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>INL</b>	Instituto Nacional do Livro
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>PCNs</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PLIDEF</b>	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
<b>PNLDEJA</b>	<b>Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos</b>
<b>PNLDEM</b>	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figura 1

Quadro de Theodoro de Bry (1528-1598); Ritual dos Tupinambá - século XVI..... 22

### Figura 2

Reunião (2008) do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.....24

### Figura 3

Quadro (1928), do pintor francês Hercule Florence (1804-1875)..... 26

### Figura 4

“Moema” (1866) – Quadro de Vitor Meireles (1832-1903)..... 27



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 – O LIVRO DIDÁTICO E A CULTURA MATERIAL ESCOLAR ..	15
1.1- O Livro Didático na Perspectiva de Pesquisa Histórica .....	15
1.2 - O Livro Didático e a Cultura Material Escolar Brasileira.....	17
CAPITULO 2 – OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: 7º. ANO – FUNDAMENTAL (2001 a 2011 – não contínuos): Apontamentos.....	20
2.1 – A Lógica Etnocêntrica dos Colonizadores Ibéricos .....	20
2.2- O Lugar dos Índios do Brasil no Mundo das Representações Didáticas..	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
BIBLIOGRAFIA .....	41



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa como os povos indígenas brasileiros são representados nos livros didáticos de História do Brasil para o Ensino Fundamental, do 7<sup>a</sup>. Ano (antiga 6<sup>a</sup>. série). Analisa o uso de imagens e os significados atribuídos a estas .

Examinamos os manuais didáticos destinados àquela faixa do Ensino Básico, produzidos de 2001 a 2011, de autores diferentes e anos não contínuos desse período. A escolha dessa temporalidade deve-se ao interesse em estudar principalmente as representações dos índios nos livros didáticos do Fundamental – 2, publicados antes e depois de 2008, quando foi instituída a lei 11.645, que obriga a inclusão do ensino de história indígenas nos currículos escolares do Ensino Básico, objetivando investigar o que mudou ou permaneceu nos manuais de antes e depois da mencionada lei investigando a relação entre o modelo discursivo desses livros e o real enquadramento dos índios como agentes históricos ou atores sociais, uma vez que se trata de povos com sociedades organizadas, conforme preconiza os PCNs de História – Temas Transversais (1997).

A pesquisa, corroborando outras que vem sendo desenvolvidas no país, indicou que, contudo, a maioria desses livros didáticos continua mantendo a representação do índio ainda vinculada ao nosso passado colonial, sem dar ênfase, ou mesmo silenciando, as suas problemáticas atuais.

A respeito da tendência dos manuais didáticos para colaborar na afirmação da não contemporaneidade dos índios, Grupioni (1995,) afirma que ainda são representados no livro didático : “[...] como se fossem um todo homogêneo, iguais entre si, fazendo parte apenas do passado.” (GRUPIONI, 1995, p.11).

Este autor critica que a história oficial do Brasil foi escrita sob uma perspectiva européia e não apresentou os índios como sujeitos históricos que contribuíram para a formação da nossa nação. O que se constata na maioria dos livros didáticos são algumas alusões ao conhecimento da fauna e, mais ainda, da flora brasileira. Bem assim, indicação de conhecimentos relacionados com as técnicas de caçar, pescar e do artesanato, utilizadas pelos índios por ocasião da chegada dos europeus. Portanto, totalmente anacrônico.

Pouquíssimas referências são feitas às suas características culturais mais específicas, como laços de família, organização social, divisão do trabalho, cosmogonia ou saberes técnicos e de cura, exceto como exotismos e folclore.

Assim, segundo Grupioni, ocorre a continuidade secular de imagens escolares de indígenas associados apenas às matas e animais, usando trajes considerados “característicos” ou nus e atribuindo aos mesmos a qualidade de seres “selvagens” e “incivilizáveis” que formavam “tribos” e não sociedades organizadas. Na medida em que essas imagens construídas pelos cronistas do nosso período colonial passaram a fazer parte da historiografia brasileira na fase imperial, e ainda invadiram o período republicano sem mudança de enfoque, cristalizam “*povos sem História*”.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha observa que:

[...] “na segunda metade do século XIX, uma época em que o ideário evolucionista estava presente na mentalidade brasileira, prosperou a idéia de que “certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram, portanto, algo como fósseis vivos que poderiam ser vistos como testemunhas do passado das sociedades ocidentais.” (CUNHA, 1990, p. 11).

Essas representações se ajustam aos planos de dominação cultural e econômica que constituem o manual escolar básico e a exercer larga influência na formação dos jovens alunos, nas diversas escolas do Ensino Fundamental, contribuindo para difundir e perpetuar generalizações e estereótipos amplamente nocivos à história dos nossos povos naturais.

Grupioni aponta que já existe iniciativa de representar as populações indígenas que concebe o índio como sujeito histórico, de forma a ressaltar a atuação desses povos através de suas participações em alianças, fugas, guerras, migrações e movimentos de resistência.

Como sugestões teóricas nesta pesquisa sobre representações dos povos indígenas nos livros didáticos, nos baseamos no conceito de representação tal como apresenta Roger Chartier (1990): “Um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é.”

Usando como critério para análise dos livros o maior nível de adoção das referidas obras didáticas pelas escolas, resultante da escolha preferencial de seus professores, os manuais selecionados, como fontes, para fundamentar

esse trabalho, foram os oito seguintes: Brasil: uma história em construção (1996), de José Rivair Macedo; História e vida integrada (2009), de Nelson Piletti; Nova história crítica (2002), de Mário Schmidt; Encontros com a história (2009), de Carla Anastásia; História: sociedade & cidadania (2010), de Alfredo Boulos Júnior; História temática: diversidade cultural e conflitos (2011), de Andrea Montellato; História Integrada – 5ª. Série (6º. Ano) - 1997, de Claudio Vicentino; Para compreender a história – de Renato Mocellin. 5ª. Série = 6º. Ano, 2004.

Quanto à organização, esta monografia divide-se em dois capítulos. No primeiro, traçamos um resumo histórico do livro didático no Brasil ao longo do século passado, discorrendo sobre os aspectos legais relacionados à política do livro didático no Brasil, mostrando o papel do Estado nas normatizações e no controle da produção, bem como a interferência de diversos agentes nesse processo. Abordamos o livro didático em face da cultura material escolar, salientando que a questão dos significados se impõe na leitura dos objetos material e a influência da indústria do livro didático.

No segundo, realizamos uma análise sobre a representação dos povos indígenas na historiografia didática em alguns contextos do século XX. Mostrando como os povos indígenas lutaram, destemida e bravamente, para ocupar os seus espaços na história; e faço algumas incursões também pelo final do XIX, como uma forma de demonstrar diferentes ênfases nos discursos, relacionados com a temática desse trabalho.



## **CAPÍTULO 1 – O LIVRO DIDÁTICO E A CULTURA MATERIAL ESCOLAR**

### **1.1- O Livro Didático na Perspectiva de Pesquisa Histórica**

Para desenvolver um pouco mais a discussão da relação entre livro didático e pesquisa histórica, seria interessante, inicialmente, fazer alusões à chamada Escola dos Annales. Como se sabe, ficou assim conhecida porque surgiu na década de 1920, na França, com a publicação da Revista dos Annales: uma iniciativa dos historiadores e pesquisadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, como uma insatisfação em relação à história política convencional, na busca por uma substituição da narrativa tradicional da história, com total oposição à história linear. Seus idealizadores visavam uma história-problema, interdisciplinar, como forma de superação da historiografia metódica e positivista do século XIX.

Nessa perspectiva, os manuais didáticos começaram a ser utilizados como um objeto importante de pesquisa, pois, a partir das influências e contribuições postas pelas tendências historiográficas anteriormente citadas, esses manuais escolares passaram a ser estudados de forma mais ampla e crítica, como ressalta Chartier(1999):

“As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros”. (CHARTIER 1999, p. 8).

Acrescenta ainda Chartier (1999) que atualmente, o livro didático não é mais entendido como uma produção isenta de parcialidade, visto que carrega as influências das políticas educacionais, do mercado editorial e das vinculações metodológicas do autor, ou seja, um conjunto de fatores que influenciam essa produção. Contudo, o livro didático deve ser entendido

também como um produto cultural, pois possui uma grande variedade de conotações.

Dessa forma, abrem-se espaços para discussões e análises que, anteriormente, eram ignorados em estudos dessa natureza. Considerando que o livro didático está inserido num contexto político, econômico, social e cultural, torna-se importante que ele seja analisado através dessa perspectiva.

O livro didático não constitui um instrumento neutro; é produto de uma visão de mundo, de homem, de educação e de escola. Portanto, ao se pensar o livro didático como instrumento da mediação pedagógica entre a produção de conhecimentos escolares, a atuação dos professores e as experiências dos educandos, enquanto sujeitos sociais, é interessante que se busque compreendê-lo mais amplamente como objeto no plano do desenvolvimento da pesquisa histórica.

Os manuais didáticos representam as principais fontes de informação impressa e utilizada por grande parte dos professores e dos alunos, sobretudo daqueles que têm menores condições socioeconômicas e reduzido acesso aos bens culturais. Nesse sentido, o livro didático tem papel fundamental no processo de escolarização e construção de uma memória histórica em nosso país, assumindo a função de um instrumento de formação dos alunos, responsável pela introdução das crianças e dos jovens estudantes no mundo do saber.

Por essa ótica, ele se apresenta como um instrumento de pesquisa importante na história da educação, pois acompanha os alunos em todas as fases da aprendizagem. Como propagador das concepções e ideologias, é portador de uma memória nacional e possui um valor cultural, todavia, na opinião de muitos pesquisadores tais manuais não vem recebendo um tratamento adequado, sobretudo com relação à sua preservação, conforme salienta a autora Rosa Corrêa (2000):

“Pouquíssimos são os espaços dedicados à preservação da memória nacional ou regional da educação. Daí a dificuldade que temos de acesso a fontes nessa área. Na verdade, a pesquisa histórica em educação requer que realizemos um verdadeiro trabalho de ‘garimpagem’ sobre fontes na área educacional”. (CORRÊA, 2000, p. 13).



Chartier (1999) argumenta, também, que o livro didático não é mais entendido como uma produção isenta de parcialidade, visto que carrega as influências das políticas educacionais, do mercado editorial e das vinculações metodológicas do autor, ou seja, um conjunto de fatores que influenciam essa produção e deve ser entendido também como um produto cultural..

Os manuais didáticos representam as principais fontes de informação impressa e utilizada por grande parte dos professores e dos alunos, com poucas condições socioeconômicas e reduzido acesso aos bens culturais. Na disciplina História tem papel fundamental na construção de uma memória histórica.

## 1.2 - O Livro Didático e a Cultura Material Escolar Brasileira

(...) “juntamente com as dimensões (*materiais*), técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ser entendido como um veículo portador de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura (*material e simbólica*) de determinada época e de determinada sociedade”. (BITTENCOURT, 2005:302) – [grifo nosso]

Nesse contexto, o autor José D’Assunção Barros em seu livro – O Campo da História, afirma a profunda importância desta cultura material escolar, ressaltando que:

“A História da Cultura Material (*no contexto da cultura material escolar*), estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana (*formada pela comunidade escolar*), desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios (*no caso das escolas:: mobiliários, edificações, materiais didático-pedagógicos e similares*) ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano” (BARROS, 2004, p. 30)

(...) “este campo deve examinar não o objeto material tomado em si mesmo (*a exemplo do livro didático*), mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural ”(Idem, Ibidem, p. 30) – [grifos nossos]

Quanto as relações entre a cultura material escolar corporizada no livro didático, Choppin argumenta que:

Se a história das edições didáticas só tem sido abordada recentemente, a despeito do peso econômico considerável do setor, é certamente porque os livros didáticos, desprezados por muito tempo pelos bibliógrafos e bibliotecários, acenderam apenas tardiamente ao status de livro. Mas é também porque encontramos muitas dificuldades, exceto talvez no período mais recente, em delimitar com exatidão esse setor de atividade. (CHOPPIN, 2004, p. 56).

Pelo aspecto pedagógico, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1996, democratizou o setor a que se refere Choppin. Através do processo de avaliação pedagógica dos livros do Ensino Fundamental público, e assegurando a sua gratuidade. Bem como, escolha dos livros passou a ser feita pelos professores das escolas públicas de todo o país, por meio do Guia do Livro Didático (GLD).

O Governo Federal também executa mais dois outros programas relacionados ao livro didático para abastecer as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado: o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) criado em 2004, e o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) criado em 2007.

Cabe destacar aqui as colocações da autora Célia Cristina Figueiredo Cassiano (2007) em sua tese de doutorado – O Mercado do Livro Didático no Brasil, a fim de percebermos o quanto de interesses em jogo deve existir nas relações entre o Estado e a “próspera e poderosa” Indústria do livro didático, brasileiros:

“O volume expressivo de livros didáticos que circula no Brasil, no início do século XXI – resultante, sobretudo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) – situa o governo brasileiro, comprovadamente, desde 1996, como o maior comprador de livros do país.” (CASSIANO, 2007, p. 95)

Poe outro ângulo, já que no cotidiano escolar ha vários modos de se fazer uso de algo material, a exemplo do livro didático, dentre outros, inicialmente, analisaremos o trabalho da pesquisadora catarinense Vera Lúcia Gaspar da

Silva (2010). Em seu trabalho (artigo) – Cultura Material da Escola em Mensagens Presidenciais : entre o dito e o não dito (1874/1930), cujo objeto de investigação é a cultura material da escola graduada do seu Estado, a qual, segundo a autora, com a Reforma da Instrução Pública, em 1911, deu origem à escola moderna do citado Estado.

Nesse trabalho ela discute, problematizando, a cultura material da referida escola, formada pela estrutura física e por um conjunto de objetos utilizados no exercício da atividade pedagógica, e propõe uma reflexão para “cotejar propostas pedagógicas anunciadas e a base material das escolas”. Bem como, através de sua pesquisa promete “remontar certa cronologia da organização da escola, em especial das salas de aula, a partir de indícios sobre mobiliários, artefatos pedagógicos e edificações”.

Citando, nesse seu artigo, a autora Cynthia Greive Vieira, a autora se vale das colocações de Veiga para demonstrar, inicialmente, o quanto é difícil conceituar cultura material, que, de acordo com Veiga:

“Toda cultura é impregnada de materialidade, daí porque Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989) observam que não houve um esforço ou parte dos autores que desenvolvem estudos sobre a cultura material em dar uma definição explícita ao termo, tornando esta idéia muitas vezes pouco elucidativa [...] Tomam o cuidado de não produzir um conceito, devido à imprecisão do termo [...] Por Isso preferem denominar cultura material como noção e idéia [...]

E conclui, afirmado que: “os estudos não devem subordinar a materialidade na cultura”.(VEIGA, Apud SILVA, 2010, pp. 42/43).

Após expor o conceito de cultura material, Silva ainda faz uma série de reflexões, não só a respeito da relação entre livro didático e cultura material escolar, mas apontando também, os discursos falaciosos pronunciados pelos governos provinciais, visando destacar a relevância do ensino básico (primário), aliada ao grande empenho e esforço do governo para melhorar a qualidade do ensino, que era consideravelmente inferior. Bem assim, da oferta de implementos didático-pedagógicos, que também eram improvisados, e das precárias instalações escolares, sobretudo nas zonas rurais, onde não havia prédios e mobiliários condignos para acolher professores e alunos.

Em todos esses procedimentos educacionais, a autora deixa implícito, que as autoridades governamentais assumiam posturas como se estivessem, realmente, preocupadas com a educação popular (instrução pública).

Desse modo a autora vai revelando, nas entrelinhas o descaso das autoridades provinciais, daquela época, com a coisa pública, em termos de cultura material escolar, que só tinha eficácia na visão e propagandas dos gestores estatais da educação pública, através de uma retórica que apresentava projetos educacionais inconsistentes, que nunca eram aplicados na íntegra.

Em face dessa realidade a autora ressalta que: “É necessário ter a sensibilidade de apreender aquilo que não foi dito, mas que pode contribuir significativamente para a reflexão... Nessa incursão pelo passado, compartilhamos as premissas já anunciadas de que os objetos devem ser vistos como instrumentos que constroem esta história, embutidos de significados que caracterizam uma cultura, a denominada cultura material, a qual, por certo, se enreda na cultura escolar”. (SILVA 2010, p. 50)

## **CAPITULO 2 – OS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: 7º. ANO – FUNDAMENTAL (2001 a 2011 – não contínuos): Apontamentos**

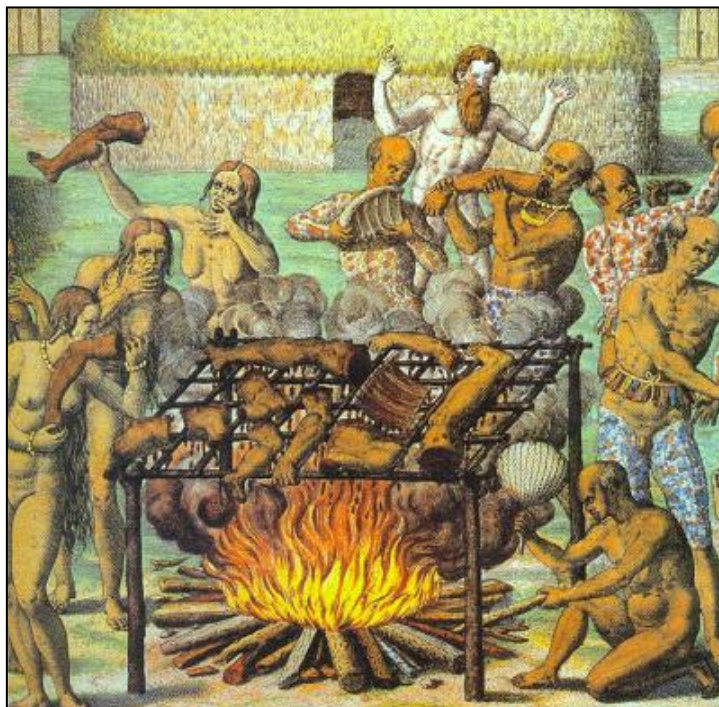
### **2.1 – A Lógica Etnocêntrica dos Colonizadores Ibéricos**

Este choque gerador do etnocentrismo nasce, talvez, na constatação das diferenças. Grosso modo, um mal-entendido sociológico. A diferença é ameaçadora porque fere nossa própria identidade cultural. O monólogo etnocêntrico pode, pois, seguir um caminho lógico mais ou menos assim: Como aquele mundo de doidos pode funcionar? Espanto! Como é que eles fazem? Curiosidade perplexa? Eles só podem estar errados ou tudo o que eu sei está errado! Dúvida ameaçadora?! Não, a vida deles não presta, é selvagem, bárbara, primitiva! Decisão hostil! (ROCHA, 1994, pp. 8 - 9)

Uma das imagens mais repetidas nos livros didáticos de História do Brasil, a respeito dos nossos povos indígenas, é a gravura de Theodoro de Bry,

gravador e editor belga. Bry pintou em 1592 diversos quadros sobre a antropofagia dos índios brasileiros, caracterizando-os como bárbaros, cruéis e, sobretudo, selvagens que comiam carne humana. De acordo com dados históricos, o fez sem nunca ter visitado o Brasil, e tão somente baseado nas narrativas do aventureiro alemão Hans Staden (ele aparece no quadro abaixo, barbudo), exemplo do imaginário medievalesco dos europeus. Sem entender ou, provavelmente, por puro preconceito, que se tratava de um ritual religioso, e não um simples ato de canibalismo.

**Figura 1** - Quadro de Theodoro de Bry (1528-1598). Ritual dos Tupinambá - século XVI



**Fonte:** Arquivo do autor, 2015.

Para Rocha a partir dessas concepções, é que a antiga historiografia indígena do século XIX enquadrou os povos indígenas negativamente nos livros didáticos,

Rocha usa o termo "etnocentrismo" abordando o choque que envolve a descoberta do "outro" e discorre sobre a relativização cultural. De acordo com o autor, "[...] o etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do 'outro' nos termos da cultura do grupo do 'eu'." (ROCHA, 1994, p. 13).

Todavia, diversos historiadores brasileiros elaboraram livros orientados por esta visão que a história do Brasil foi construída desde o período colonial numa continuidade heróica dos portugueses e seus descendentes mais diretos, que justamente ocupou as terras, vencendo pela força das armas de fogo os nativos, que resistiram bravamente, porém, em desvantagem, porque lutavam somente com arcos e flechas.

Diminuir estas visões etnocêntricas e até preconceituosas e racistas e difundir o respeito à diversidade cultural tem sido ultimamente umas das

grandes preocupações dos movimentos sociais de povos indígenas e grupos de afro-descendentes.

O antropólogo carioca Everardo Rocha aponta os vestígios nas narrativas de alguns livros didáticos, nos reduzidos espaços reservados à história indígena.

- O primeiro papel que o índio representa é no capítulo do descobrimento. Ali, ele aparece como "selvagem", "primitivo", "pré-histórico", "antropófago", etc. Isto era, para mostrar o quanto os portugueses colonizadores eram "superiores" e "civilizados".

- O segundo papel do índio é no capítulo da catequese. Nele o papel do índio é o de "criança", "inocente", "infantil", "almas virgens", etc., para fazer parecer que os índios é que precisavam da "proteção" que a religião lhes queria impingir.

- O terceiro papel é muito engraçado. É no capítulo "Etnia brasileira". Se o índio já havia aparecido como "selvagem" ou "criança", como iriam falar de um povo - o nosso - formado por portugueses, negros e "crianças" ou um povo formado por portugueses, negros e "selvagens"? Então aparece um novo papel e o índio, num passe de mágica etnocêntrica, vira "corajoso", "altivo", cheio de "amor à liberdade." (ROCHA, 1994, p. 17-18).

Historiadores têm contribuído com novas investigações sobre as sociedades indígenas como John Manuel Monteiro, precocemente morto em 2012, e na Bahia Maria Hilda Baqueiro Paraiso e seu grupo de pesquisa, formado por Terezinha Massi, Francisco Cancela, Laila Britcha, etc, investigando o sentido da guerra, a organização social, as relações de parentesco, a religiosidade, a escolarização entre "os índios"na perspectiva proposta por Monteiro que : "[...] sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas, moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e dominação." (MONTEIRO, 1998, p. 227).

**Figura 2** - Reunião (2008) do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com o apelo “A revolução comuno-indigenista substitui a arcaica luta de classes pela nova luta de raças.”



Fonte: <<http://www.esta-acontecendo.blogspot.com.br/2008>>.

E, John Manuel Monteiro, conclui:

[...] cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à realidade. Afinal de contas, conforme bem destaca, em artigo recente, a antropóloga e especialista em história indígena, Manuela Carneiro da Cunha: “não é a marcha inelutável e impessoal da história que mata os índios: são ações e omissões muito tangíveis, movidas por interesses concretos” (MONTEIRO 1998).



## 2.2- O Lugar dos Índios do Brasil no Mundo das Representações Didáticas

Segundo Roger Chartier, a representação enquanto conceito histórico pode ser concebida em duplo sentido:

[...] as acepções correspondentes à palavra "representação" atestam duas famílias desentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. (1991, p. 184)

Quanto ao primeiro sentido, Chartier (1991) define que a representação: "é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é". Para Chartier a representação está vinculada à visão que um grupo tem de si mesmo no seu processo de construção da identidade coletiva, ou imagem desse grupo ligada a representantes, personagens, sujeitos que simbolizam o grupo.

Na maioria dos manuais didáticos – pela ótica das imagens os povos *indígenas*, são ainda vistos como tendo apenas características **culturais** associadas a matas e animais,

Consideram que os índios atuais, ligados à modernidade capitalista já perderam aqueles traços e, conseqüentemente, sua cultura está na fase de extinção.

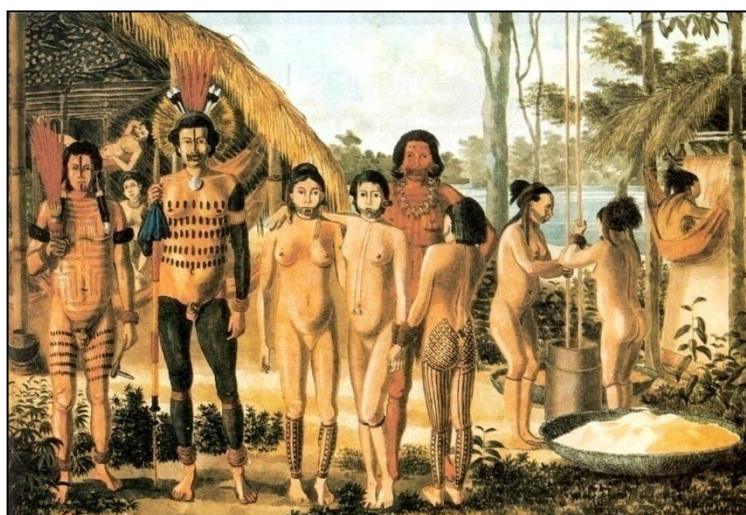
A respeito das representações dos índios brasileiros nos livros didáticos, Grupioni (1995) assinalou como duas críticas necessárias "*a apresentação dos índios no passado, ou seja, a sua não contemporaneidade e a propagação da noção do índio genérico.*

Os livros didáticos produzidos no Brasil ao longo do século XX, até pelo menos à sua primeira metade, ainda seguiam, em grande parte, os modelos

para o ensino de história do Brasil, baseados numa concepção pedagógica oriunda do pensamento historiográfico da escola metódica predominante na França, a partir do século XIX.

Após a fundação do colégio Pedro II, em 1837, e do IHGB, no ano seguinte, no Rio de Janeiro, começaram a aparecer os primeiros manuais didáticos elaborados por professores e intelectuais integrantes desses órgãos oficiais, tais como: José Francisco da Rocha Pombo, Viriato Corrêa e Vicente Tapajós, dentre outros, nas primeiras décadas do século XX, foram, reedição de obras publicadas durante a segunda metade do século XIX na tentativa de preservar a mentalidade colonial sobre os valores indígenas.

**Figura 3** - Quadro (1928), do pintor francês Hercule Florence (1804-1875)



**Fonte:** Schmidt, Mário Furley; Nova História Crítica, 2005.

Vê-se que na Figura 3, retratou-se os índios como seres da floresta, mas considerando-os como uma civilização humana próspera, digna e bela.

Para os românticos brasileiros, o índio era o símbolo da pureza, do idealismo e dos valores de um passado que teria sido “*belo*” e “*natural*”. A índia morta (quadro abaixo) representa a luta entre a natureza e a civilização:

**Figura 4** - “Moema” (1866) – Quadro de Vitor Meireles (1832-1903)



**Fonte:** Schmidt, Mário Furley. Nova História Crítica, 2005.

Os livros didáticos apontam o índio como um ser ainda distante da nossa civilização ocidental, transferindo essa visão para o imaginário dos jovens estudantes e crianças que ingressam no Ensino Fundamental. Nesses manuais, tanto os povos indígenas quanto os povos africanos ocupam poucos espaços e são tratados como meros figurantes no processo de construção histórica do Brasil.

No que tange a essa questão o historiador John Monteiro (1998) expõe que: “[...] a historiografia brasileira, ao longo das últimas duas décadas, tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia.” (MONTEIRO, 1998, p.221).

Bem pertinentes são as afirmações de Grupioni (1996), que se seguem:

[...] às imagens contraditórias e fragmentadas, manipuladas pelos livros didáticos, para dar conta da presença do índio na nossa história, como constam desses manuais, começam com a chegada dos europeus; os índios da colônia são cordiais e amigáveis: carregam o pau-brasil em troca de bugigangas e miçangas, ajudam os portugueses a construir fortes e casas que dão origem às primeiras povoações e ensinam os brancos a sobreviver e conhecer a nova terra [...]

Logo em seguida, entretanto, os índios começam a atrapalhar a colonização. São os tamoios que se aliam aos franceses e promovem ataques aos núcleos dos brancos. O brasileiro é o português, neste momento, os franceses são estrangeiros e os índios os aliados, ora do estrangeiro, ora do brasileiro. De cordiais, os índios passam a ser traiçoeiros. A colonização exige, por sua vez, trabalho, e o índio é mão-de-obra utilizada em toda a colônia. Nesse momento, a figura do

índio aparece ligada à do bandeirante, que expande o território e resolve o problema da mão-de-obra, escravizando índios e depois recapturando negros fugidos [...]

Mas depois disto, o índio desaparece, não antes de nos legar algumas generalidades: são tupis, adoram Jaci e Tupã e moram em ocas e tabas. E também uma herança: ensinam algumas técnicas, como a queimada e a fabricação de redes e nos deixam suas lendas. Eles viram uma herança cultural a ser resgatada pela nacionalidade.

E é assim que chegamos aos índios atuais, isto quando chegamos, pois a maior parte dos livros didáticos não aborda a presença indígena no presente. Pulverizam-se dados, muitas vezes incorretos. Falam da existência de índios na Amazônia e no Xingu, lembram dos trabalhos de Rondon e dos Vilas-Boas e referem-se à FUNAI. (GRUPIONI, 1996, p. 489-90).

Agora na temporalidade (2001–2011) - com anos não contínuos, faremos uma análise de oito livros didáticos - 7º. Ano do Fundamental (de autores distintos), para verificar como as representações sobre as nossas populações nativas, são apresentadas nesses livros didáticos; bem como, o conseqüente estudo dos argumentos que as sustentam. Para isso, selecionamos apenas livros do 7º. (e alguns do 6º.) Anos, por considerar que são nesses livros que estão concentradas maiores quantidades de informações no tocante à História Indígena.

O motivo da escolha de livros publicados antes e depois de 2008, quando foi instituída a lei 11.645, que obriga a inclusão e o conseqüente ensino da cultura e história indígenas nos currículos escolares do Ensino Básico visa analisar o que mudou ou permaneceu nas narrativas dos manuais de antes e depois da mencionada lei. Nesse sentido, recuamos ainda mais um pouco na temporalidade, para incluir também, dois livros publicados, respectivamente, em 1996 e 1997.

Dessa forma, procuramos examinar também se já consta, daqueles volumes didáticos atuais, àquela prescrição dos PCNs de História - temas transversais (1997) para o Ensino Fundamental, ao recomendar a inserção nos livros didáticos de: “conteúdos que informem sobre a riqueza e suas culturas (indígenas) e a influência delas sobre a sociedade, conforme o disposto na Constituição de 1988 (art.210, parágrafo 2º.)” :

**Brasil: uma história em construção – de José Rivair Macedo. Vol.1 - correspondente à 5ª. Série (6º. Ano) - 1996.**

Nesse trabalho, José Rivair Macedo aborda questões como divisão de trabalho e luta de classes, exploração do homem pelo homem, propriedade privada e propriedade pública, sociedade igualitária, capitalismo e lucro.

Macedo também discute o “descobrimento” do Brasil para desmistificar, como que as terras brasileiras não tinham “donos” ou que eram desabitadas.

Alguns temas são trabalhados em paralelo no capítulo - As grandes navegações; o mercantilismo, traçando uma linha comparativa com o atual capitalismo, bem como o surgimento deste último; o caminho até as Índias; a formação do comércio; a expansão comercial através de novas rotas; a ampliação territorial dos reinos; a chegada ao continente africano; a exploração das terras em busca de riquezas, além da promoção da escravidão.

Nos textos suplementares do capítulo IV um fragmento de uma música (Baila Comigo) da cantora Rita Lee com a reprodução da idéia que o português tinha em relação aos índios enquanto seres preguiçosos:

Se Deus quiser, um dia eu quero ser índio.  
Viver pelado, pintado de verde num eterno domingo.  
Ser um bicho preguiça e espantar turista.  
E tomar banho de sol, banho de sol, banho de sol ...  
(RITA LEE Apud MACEDO, 1996, p. 34).

Em uma das atividades propostas faz um questionamento, com base nesse trecho da música, sobre o “eterno domingo” e “ser bicho preguiça”, e finaliza com indicação de livros e vídeos numa tentativa de levar os educandos a ampliarem seus conhecimentos e a refletirem mais sobre o processo de colonização, a perversa dominação e cruel exploração dos nossos povos da floresta.

O capítulo V sob o título - *Índios e civilizados: em busca do tempo perdido* trata sobre a condição indígena nos dias de hoje. O capítulo se inicia comentando sobre uma sessão no Congresso Nacional para tratar sobre os direitos indígenas, com a participação destes. Destaca o cacique Mário Juruna, como o primeiro índio eleito deputado federal, discursando na tribuna da Câmara.

Aborda também como o cinema norte-americano trata os indígenas como vilões que atrapalharam a conquista e ocupação das terras do oeste, além de pontuar sobre a restrição dos índios em reservas florestais no Brasil

em discussão sobre propriedade pública e privada que é o maior motivo de conflitos entre o homem branco e os indígenas

### **História Integralda – 5ª. Série (6º. Ano) - 1997, de Claudio Vicentino.**

Trabalho com pouca informação e que despreza aspectos essenciais da atual situação das nossas sociedades indígenas. Seu autor, Cláudio Vicentino, faz uma abordagem sobre índios e negros no capítulo 11, intitulado - *A Formação Étnica do Brasil*.

A página que anuncia o capítulo traz, sob o formato de um jornal, o que seriam duas “notícias” sobre os indígenas, com título de Índios uma *Gente diferente e Antropofagia, um ritual mágico ou selvagem?* O capítulo composto por 10 páginas se propõe a discutir a formação étnica brasileira, segundo a teoria da formação racial, a partir dos elementos branco-negro-índio. Dessa forma, Vicentino trata de forma simplista todas as questões dos povos indígenas no processo de colonização.

Vicentino aborda a miscigenação. Descreve um pouco dos costumes e do cotidiano indígena. Trata também da atuação jesuítica, que visava à conversão dos índios como algo positivo, mas na perspectiva da fé cristã, e não como um dado que procurava, sob pressão, aculturá-los, modificando a saudável forma de viver dos povos indígenas brasileiros.

Vicentino, através desses enfoques, de certo modo, ainda apresenta um modelo discursivo que reproduz algumas idéias evolucionistas, revestidas de valores etnocêntricos. Os povos indígenas são mencionados como pertencentes ao passado, caracterizados como primitivos e têm seus conhecimentos desconsiderados. As referências às culturas não-européias são sempre em relação ou em comparação às culturas européias, dando a essas últimas uma valorização positiva, em detrimento daquelas outras.

**Nova História Crítica – 2002, 7º. Ano (6ª. série) - de Mário Schmidt.**

Já nesse livro, o seu autor Mario Schmidt, faz uma abordagem mais condizente com a realidade atual dos povos indígenas, apresentando um bom nível de informação a respeito da situação das sociedades indígenas. Elabora um discurso crítico mais aprofundado, voltado para os interesses socioculturais e direitos políticos das nossas sociedades nativas, garantidos pela Constituição de 1988, sobre a questão das terras indígenas e salvaguarda de sua cidadania.

Acerca dos indígenas na América, inicia o capítulo 7 com uma descrição dos índios em todo continente, antes da presença do europeu. Com ênfase no modo de vida em sociedade dos índios brasileiros, numa ótica bem distante da do colonizador, buscando fazer uma comparação entre o modelo social indígena e a nossa sociedade de hoje.

A narração da vida em comunidade, onde tudo pertence a todos e não há classes sociais, é o ponto mais importante de todo o texto. Schmidt faz um paralelo entre o Brasil indígena e o Brasil do homem branco onde o autor lança um questionamento: Será que realmente somos civilizados?

No texto o autor destaca os diferentes povos e sociedades da América pré-colombiana com suas tradições e peculiaridades. Denotando que: “O chamamos genericamente de índios são na verdade inúmeros povos com sociedades e culturas totalmente diferentes uma das outras” (p.138).

A partir do modelo de vida indígena e comparando-o com o da nossa sociedade “civilizada”, Schmidt promove uma reflexão sobre desigualdade social e relações de poder.

Mostra também que, por motivos que interessam ao poder dominante, nas imagens utilizadas para ilustrar o Dia do Índio, 19 de abril, os povos indígenas dominam as cenas e não aparecem como criaturas subjugadas ou escravizadas. Ao contrário, surgem enquanto sujeitos e cidadãos; seres capazes de se auto-determinar e que construíram a sua própria história.

Esse livro de Schimidt apresenta no seu argumento uma visão bem mais sintonizada com a realidade atual das políticas indígenas, tentando desprezar, de alguma forma, aquele enfoque etnocêntrico ainda acentuado em diversas publicações afins

**Para compreender a história – de Renato Mocellin. 5ª. Série ( 6º. Ano) - 2004.**

O capítulo III deste livro de Mocellin, composto de 9 páginas, é dedicado aos indígenas e se inicia tratando da chegada desses primeiros habitantes da América.. Menciona a ocupação dessas terras pelos indígenas, bem antes da chegada dos colonizadores ou invasores europeus.

O texto aborda como o contato ou choque de uma cultura com outra pode promover novas alterações ou o desaparecimento de culturas. Uma forma de explicar o processo de aculturação sofrido pelos índios no Brasil.

Mocellin explica como a religião é o esteio da sociedade indígena e como ela foi explorada pelos jesuítas para se tornar no canal mais eficaz para eles se relacionarem com os nossos povos indígenas, na tentativa, nem sempre bem-sucedida, de alfabetizá-los, para, a partir daí, facilitar a catequização, contribuindo, dessa forma, para o efetivo processo de aculturação.

Discorre ainda sobre a herança cultural, a criação da FUNAI, os artigos da Constituição atual que assegura a cidadania dos povos indígenas brasileiros e a demarcação das terras reivindicadas pelos indígenas. São questões levantadas nessa obra de Mocellin, mas de forma sutil e sem a ênfase que o assunto requer.

Por outro lado, o autor faz uso de conceitos, a exemplo de “aculturação”, atualmente combatidos pela Antropologia, segundo alguns autores. Assim, Mocellin demonstra certa desatualização com essa importante ciência auxiliar da História..

**História e Vida Integrada – de Nelson e Claudino Piletti. 7º. Ano (6ª. Série) - 2009.**

É outro livro com um bom nível de informação.. Com o título de *Os povos indígenas do Brasil*, o capítulo 14 desse livro dos irmãos historiadores (Nelson



e Cláudio) foi o que reservou o maior espaço, cerca de 10 páginas, à história dos povos indígenas e suas questões.

Nessa perspectiva, explora a diversidade cultural dos nossos povos tradicionais, mas, sem considerá-los como povos atrasados ou de cultura homogênea.

O texto também traz, além da diversidade dos povos indígenas no Brasil, a sua divisão de trabalho, traçando um paralelo entre as tarefas de homens e mulheres, bem como as relações familiares e modos de vida. A seção *Mundo Cultural* apresenta várias fotos, destacando a criatividade plástica aliada ao refinado conhecimento artístico desses povos, bem assim, grande parte de sua produção cultural.

O livro tem um vasto material composto por imagens, mapas e texto complementares que enriquecem muito o capítulo ajudando a pensar, refletir, questionar e debater a situação indígena ontem e hoje.

Tendo em vista os novos olhares e os recentes enfoques historiográficos dispensados aos povos indígenas, sobretudo a partir do final da década de 1980, provavelmente influenciou os irmãos Piletti a evitar nessa obra dados superficiais, que aparecem ainda em diversos trabalhos que se ocupam dessa temática.

O texto do livro em questão foi um dos que apresentou melhor compreensão, relativamente às problemáticas indígenas. E de todos os manuais analisados foi o que dedicou também mais páginas à discussão da questão indígena, focando mais nos problemas da realidade atual desses povos, mediante a valorização dos seus lugares em nossa história.

### **Encontros com a História – de Vanise Ribeiro. 7º. Ano (6ª. Série) - 2009.**

Neste livro, a autora Vanise Ribeiro, na Unidade 4, *De Pindorama à colônia portuguesa*, do Tema 10, *Os donos da Terra Brasilis*, utilizaram tão somente dois títulos: 1 – *Povos da terra* e 2 – *Desencontro de culturas*, para abarcar as diversas questões indígenas. Certamente é um espaço bastante reduzido para um tema tão abrangente.

Examinando o texto de Ribeiro identificamos muitos aspectos positivos na sua obra, convivendo com alguns equívocos conceituais. Na tentativa de

falar sobre os índios, genericamente, acaba impossibilitada de explorar as especificidades de cada população e trazerem-nas para o presente.

Como é comum na grande maioria dos livros didáticos de História do Brasil para o Ensino Fundamental, ela não foge à regra, ou seja, em pouquíssimas páginas (oito nessa obra), procura abranger um tema tão vasto e importante.

Pelo discurso da autora, que passa rapidamente, de um conteúdo para outro, a história parece uma operação distante da realidade, porque não há interiorização das questões abordadas. Mesmo porque percorrendo dessa forma não contribui para provocar mudanças.

Merecem destaque nesse trabalho, os tópicos: *Identidade e diversidade* – A autora chama a atenção para o alarmante desaparecimento de mais de 1.000 línguas nativas, a partir da chegada dos conquistadores europeus até os dias atuais. Esse “[...] sumiço não foi ocasional, mas resultado de 500 anos de dizimação da população nativa pelos conquistadores [...] Como essas línguas representavam diversas visões de mundo, imagine o quanto deixamos de conhecer dos nativos brasileiros.” (RIBEIRO, 2009, p. 154); *Ação dos conquistadores e reação indígena* – Nesse tópico a autora, apesar de usar os ultrapassados conceitos de “tribo” e “aculturação”, atualmente rejeitados pelos antropólogos, ressalta o menosprezo da cultura e tradição indígena pelos jesuítas.

Tudo isso, foi significativo para se entender o quanto o processo de catequização se tornou decisivo para assegurar o domínio e o plano de colonização da Coroa Portuguesa.

**História: sociedade & cidadania – de Alfredo Boulos Júnior. 9º. Ano ( 8ª. Série ) - 2010.**

Neste trabalho de Boulos Júnior, composto de três volumes: 7º., 8º. e 9º. ano, ele reserva o capítulo - *Os povos indígenas do Brasil*, do 9º ano, para fazer, num total de seis páginas, uma abordagem da história indígena da colônia até a primeira década do século em curso. Logo, como se nota, tratando-se de um assunto de tamanha importância histórica, torna-se um espaço muito reduzido para a análise de um período histórico tão extenso.

Mas, esse livro de Boulos Júnior tem o mérito de não iniciar a narrativa por aquela mesmice de alguns outros manuais. Isto é, com informações sobre o “descobrimento” e os primeiros contatos dos colonizadores lusos com os nossos povos nativos, expressando a êxtase desses invasores pelo encontro de “outro” povo tão diferente deles. Essas primeiras impressões serviram para estabelecer, de imediato, aquelas “relações cordiais”, envoltas por um “clima fraternal”.

O autor, entretanto, nas primeiras linhas do capítulo passa a expor o panorama da diversidade cultural, apontando que: “[...] o índio genérico não existe. Existem, sim, os Caeté, Kaiapó, Ianomami e muitos outros.” (BOULOS JÚNIOR, 2010, p. 204).

Outro ponto positivo nesse livro de Boulos Júnior é que ele também apresenta esses povos tradicionais como possuidores de noções sociais e conscientes de terem construído a sua própria história. Salienta o empenho deles nas lutas e trabalho, com afinco, de seus líderes para preservar as suas raízes culturais e étnicas; bem assim, assegurar a manutenção de seus direitos garantidos pela Constituição de 1988. A propósito, o autor realça: “[...] Hoje, a existência de escolas indígenas, onde as crianças são alfabetizadas por professores indígenas na língua do seu próprio grupo, significa uma esperança de preservação da cultura dessas comunidades”. (JÚNIOR, 2010, p. 206).

Por essa perspectiva o autor mostra os índios como atores sociais, coadjuvantes na construção da nossa história. E, como protagonista da história, esboçaram reação quando se sentiram subjugados, agredidos ou explorados. Jamais, como queriam alguns autores da nossa história tradicional, foram vítimas passivas da atroz colonização portuguesa.

Já no 6º. Ano do livro de Boulos Júnior, editado em 2012, portanto com o tempo bastante para já ter adaptado o seu discurso às exigências da Lei 11.645/2008, bem como atualização com os recentes estudos e pesquisas histórico-antropológicas. O capítulo deste livro intitulado - *Indígenas: diferenças e semelhanças* que trata da temática, o autor, contraditoriamente, usa uma narrativa que recai na idéia da generalização dos grupos indígenas. Assim, o autor se limita a apresentar as várias características comuns aos nossos povos nativos, como: as pinturas corporais, a posse coletiva da terra, a divisão do

trabalho por sexo e outras. Destaca apenas as diferenças dos aspectos físicos dos indígenas e suas línguas.

**História temática: diversidade cultural e conflitos – de Andrea Montellato.  
7º. Ano ( 6ª. Série) - 2011.**

Nesse volume, as autoras desenvolvem um trabalho bastante inovador em relação aos livros acima analisados. Em suas abordagens elas procuraram seguir as orientações dos - temas transversais: “conjunto de orientações pedagógicas elaboradas pelo MEC, como parte de uma proposta de formação ampliada do estudante que parta de situações-problema”. Desse modo, a partir de um tema gerador, passaram a debater paralelamente várias questões.

No capítulo 4 *Indígenas do Brasil*, da Unidade 2 - *Desencontro entre culturas*, Montellato e Cabrini, promovem uma abordagem com muita criatividade que, ao apresentar os índios como atores sociais, construtores de sua própria história, coloca-os em um texto repleto de fotos atuais, acompanhados de discussões dos problemas enfrentados pelos diversos povos nativos do Brasil.

Constatamos também que as autoras conseguiram superar a tradicional e dupla idéia ostentada por muitos historiadores, até pelo menos à primeira metade do século XX, alguns já citados durante este trabalho, ou seja, em suas narrativas colocam de um lado os índios como vítimas e do outro, os europeus como algozes.

Logo, elas desprezam essa explorada idéia patrocinada, primeiramente, pelo historiador espanhol Bartolomé de Las Casas, e vão na direção do pensamento do historiador belga Tzvetan Todorov, exposto em seu livro – *A Conquista da América: a questão do outro*, segundo o qual os nativos da América, na visão dos colonizadores europeus, eram “potenciais ameaçadores da civilização cristã ocidental”, simplesmente porque eram diferentes deles, em termos de cultura, religião e modos de viver. A nosso juízo, desses oito livros didáticos que foram objetos de análise nesta pesquisa, classificamos esse da historiadora Montellato, como de melhor compreensão das questões indígenas.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investindo neste direcionamento, este trabalho de pesquisa teve como foco a análise da representação de nossos povos nativos em livros didáticos de história no Ensino Fundamental, desenvolvido numa perspectiva de caráter exploratório, procurando captar as diversas visões dos referenciais teóricos escolhidos, sobre os mencionados livros de história pátria.

Esses manuais, de acordo com a pesquisadora Circe Bittencourt (1997), “[...] são depositários dos conteúdos escolares, e é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época”. (BITTENCOURT, 1997, p.72). Assim, eles refletem as tendências ideológicas e histórico-sociais defendidas pelos interesses das elites que governam o país. Logo, transferem para a nossa juventude estudantil saberes baseados em noções que satisfaçam àqueles interesses oficiais, os quais irão compor a formação daqueles jovens.

Durante este trabalho, examinamos a representação dos povos indígenas nos aludidos livros, de final do século XX e primeira década do atual século XXI. Questionamos as várias formas de representar os índios nesses manuais didáticos, muitos dos quais, ainda hoje, apresentam as imagens desses povos tradicionais como seres primitivos e de cultura atrasada, sempre a ligando ao passado.

Referimos aos processos de construção, bem assim, as concepções ideológicas e políticas como aspectos que estão presentes nas fases de elaboração dos livros didáticos. Destacamos o livro didático na perspectiva cultural, considerando a sua permanência como suporte preferencial de comunicação de saberes escolares.

Percebemos que a representação dos índios nos livros didáticos de História e o ensino da disciplina, seguiram padrões tradicionais e eurocentristas, resistindo às mudanças até a década de 1960 e oferecendo uma visão simplista e genérica das sociedades indígenas.

Sobre os manuais didáticos atuais verificamos, no tocante ao tratamento dispensado à temática indígena, a permanência na maioria dos livros didáticos aqui analisados, de algumas questões, tais como a reprodução de estereótipos

e certos preconceitos; a presença de noções etnocêntrica; a menção aos povos indígenas como pertencente ao passado e a desconsideração dos saberes indígenas, posto que em quase dois séculos de ensino de história no Brasil, fixou-se em nossa história escolar uma concepção positivista e eurocêntrica.

Todavia, constatamos também alguns progressos no tratamento dado à referida temática indígena e à diversidade cultural em alguns dos livros de História do Ensino Fundamental. Essas mudanças e\ou permanências, às vezes, aparecem, lado a lado, num mesmo livro. Constatamos que algumas edições vêm acompanhadas das mais recentes pesquisas nas áreas de antropologia e história indígena.



## **BIBLIOGRAFIA**

### **1) – Livros Didáticos (Fontes)**

BOULOS JÚNIOR, A. História: sociedade & cidadania. São Paulo: FTD, 2010.

MACEDO, J. R. Brasil: uma história em construção. Vol. 1 – correspondente à 5ª. Série (6º. Ano). São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

MOCELLIN, R. Para compreender a História. São Paulo: Editora do Brasil, 1997, 1ª. Edição.

MONTELLATO, A. História temática: diversidade cultural e conflitos. São Paulo: Editora Scipione, 2011, 3ª. Edição.

PILETTI, N.; PILETTI, C. História e vida integrada. São Paulo: Ática, 2009, 3ª. Edição.

RIBEIRO, Vanise. Encontros com a História – 7º. Ano (6ª. Série) .Editora Positivo, Curitiba – PR, 2009, 2ª. Edição.

SCHMIDT, M. F. Nova história crítica. São Paulo: Nova Geração, 2002

VICENTINO, C. História integrada: o mundo da idade moderna. São Paulo: Scipione, 1997.

### **2 ) – Bibliografia Complementar**

BITTENCOURT, C. M. F. Em foco: história, produção e memória do livro didático. Rev. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-73, set /dez, 2004.

\_\_\_\_\_. Livros didáticos entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_ (Org.). O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. p. 69-90..

BARROS, José D`Assunção. O Campo da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CORRÊA, Rosa L. T. O Livro Didático como Fonte de Pesquisa em História da Educação. Cadernos Cedes, n. 52, pp. 11-24. SP: 2000.

CASSIANO, Celia Cristina Figueiredo. O Mercado do Livro Didático no Brasil. Tese de Doutorado, 2007. Disponível em: [www.sapientia.pucsp.br/tde/busca/arquivo.php?codArquivo=5304](http://www.sapientia.pucsp.br/tde/busca/arquivo.php?codArquivo=5304)

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. A Aventura do Livro: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-66, set/dez, 2004.

GRUPIONI, L. D. B. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola. Brasília, DF: MEC, 1995. pp. 487-90.

\_\_\_\_\_. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola. São Paulo: Global, 1998. p. 221-236.

MINISTÉRIO da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997..

ROCHA, E. P. G. O que é etnocentrismo? São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. .

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Cultura Material da Escola em Mensagens Presidenciais: Entre o dito e o não dito. SC – 1874/1930. Disponível em [www.udesc.br/arquivo/id\\_submenu/2317/9.cultura\\_material\\_escolar\\_em\\_mensagens\\_presidenciais.pdf](http://www.udesc.br/arquivo/id_submenu/2317/9.cultura_material_escolar_em_mensagens_presidenciais.pdf)

SILVA, A. L.; GRUPIONI, D. B. Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Editora Global Brasil, 2004.